



Revista Tempo e Argumento

E-ISSN: 2175-1803

tempoeargumento@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Brasil

do Nascimento, Francisco Alcides; Lima Monte, Regianne  
Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970  
Revista Tempo e Argumento, vol. 1, núm. 2, julho-diciembre, 2009, pp. 122-144  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130371008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



# TEMPO E ARGUMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em História

Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 122 – 144, jul./dez. 2009

## OLHARES DA PERIFERIA: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970

**Francisco Alcides do Nascimento**  
Universidade Federal do Piauí

**Regianne Lima Monte**  
Universidade Federal do Piauí

### Resumo

Este artigo reflete sobre Teresina, capital do Estado do Piauí, na década de 1970, período em que a cidade passou por múltiplas e variadas intervenções, tendo como principal agente o próprio Estado. Tais intervenções atraíram pessoas vindas de pequenas cidades do Piauí e de outros estados, que sonhavam com oportunidades de trabalho, educação formal, aquisição da casa própria e atendimento de saúde. Ao chegarem à cidade, sem recursos financeiros que possibilitassem a contratação de aluguel de casa, ocuparam áreas consideradas de risco e terrenos públicos. Posteriormente, o processo modernizador excludente determinou a mudança dessas pessoas para regiões periféricas da cidade, então, sem nenhuma infraestrutura básica (água, luz, telefone, transporte público, calçamento). Essas transferências e suas implicações para os moradores transferidos foram tomadas como foco central deste artigo.

**Palavras-Chave:** Teresina. Modernização. Memória. Migrantes.

## VISIONS OF THE PERIPHERY: the migrants in the construction of Teresina in the 1970s

### Abstract:

This paper is a reflection about Teresina, the state capital of Piauí, in the 1970s, when the city goes through multiple and varied interventions, having the state as its main agent. Such interventions attracted people coming from small towns in Piauí and from other states, who dreamed of job opportunities, formal education, housing, and health care. But on their arrival they found themselves without financial resources to rent a place to live, and occupied areas considered to be of risk as well as public land, a factor that, afterward, the excluding and modernizing process was to determine their moving out to the outskirts of town, then without any basic infrastructure (water and sewage systems, electric energy, telephone service, public transportation or street paving). This transference and its implications to the affected people were taken as the main focus of this paper.

**Keywords:** Teresina. Modernization. Memory. Migrants.

Este artigo é uma proposta de reflexão sobre Teresina, capital do Estado do Piauí, na década de 1970, período em que a cidade, num movimento similar ao ocorrido em outras cidades de mesmo porte, passava por múltiplas e variadas intervenções arquitetônicas, as quais eram realizadas pelo Estado, prioritariamente, com o intuito de transformá-la na mais bela cidade do sertão nordestino (SILVA, 1971, p. 1). Esse processo modernizador, entretanto, não seria recebido sem conflitos, uma vez que o idealizado embelezamento urbano – preconizado por urbanistas e intelectuais – tropeçava numa realidade configurada por ruas onde se enfileiravam casebres de pau-a-pique cobertos com palha de coco babaçu.

O conflito referido, remissivo ao título deste artigo, remete-nos também às múltiplas cidades contidas em Teresina. Essa multiplicidade insiste em ser reduzida ao uno no âmbito dos discursos que dizem a cidade. Neles, é privilegiada a cidade projetada, desejada e desejável expressa pelos administradores e pelos cronistas que atuavam nos principais jornais da cidade, no período recoberto pela pesquisa.

A Teresina da década de 1970 viveu um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos militares. Tais intervenções determinam olhares diferenciados. A expansão demográfica, por exemplo, provocou o crescimento dos problemas sociais, especialmente aqueles relacionados com a moradia ou com a falta dela. Em 1950, a população total de Teresina era de 90.723 habitantes. Já na década de 1970, ela tinha saltado para 363.666 habitantes. O censo demográfico de 1980 indica que moravam na cidade 538.294 pessoas. A maioria dessa população era oriunda de pequenas cidades piauienses, fundamentalmente da zona rural, e de outros estados do Nordeste (BACELLAR, 1994, p. 759).

Teresina, uma cidade de médio porte, foi centro de uma política de modernização posta em prática em consonância com o modelo nacional de desenvolvimento adotado nos anos 1970, que tinha como principal finalidade assegurar o crescimento do país por meio do processo de industrialização, que seria implantado nas diversas regiões do Brasil. As intervenções eram tanto no sentido de dotar a cidade de sistema de abastecimento de água e luz regular, desobstruir o tráfego de veículos - com abertura ou duplicação de ruas e avenidas, que estavam recebendo cobertura asfáltica – e criar símbolos modernizadores da presença do poder público, como no sentido de reformar logradouros públicos e construir edifícios de grande porte, passando para seus habitantes a sensação de que a cidade mudara sua configuração, adquirira novos ares, em consonância com os novos tempos.

A partir de então, a Teresina representada nos discursos dos administradores, intelectuais, jornalistas, arquitetos, engenheiros, dentre outros, passou a ser vista como um lugar promissor. A imagem construída foi a de uma cidade que se estruturava para o novo, que oferecia condições para a implantação de um parque industrial. Esse parque, por sua vez, pelo menos na visão dos projetistas da nova capital do Piauí, deveria ajudar no crescimento estruturado da cidade. Mas apenas parte desse projeto foi executado, como veremos.

Todavia, as mudanças que foram implementadas atraíram mais pessoas humildes, que residiam, em sua maioria, em cidades de pequeno porte ou na zona rural, do que investidores ou industriais. Nesse sentido, a capital do Estado do Piauí passou a receber uma grande quantidade de migrantes, que procuravam se inserir na cidade e usufruir das oportunidades propagandeadas pela imprensa e pelo poder público.

Os costumes e práticas dos homens e mulheres que chegavam do campo em Teresina motivaram representantes do poder público a se pronunciarem em relação à limpeza pública, como o fez a Prefeitura Municipal de Teresina, que, em nota oficial publicada no jornal *Estado do Piauí*, apontou os esforços para manter a cidade limpa. A expressão “cidade limpa” fornece-nos o caminho que leva a uma proposta de Stella Bresciane, publicada na revista *Espaço e Debates*, em um artigo cujo título é “As sete portas da cidade”. O número de portas “é uma homologia entre as entradas de estudo e as entradas das antigas cidades muradas. Todas as cidades teriam, como Tebas, sete portas de entrada” (BRESCIANE, 1991, p. 15).

É necessário esclarecer, entretanto, que o período no qual a cidade é instituída como questão urbana, a máquina é apontada como expressão simbólica e material da vitória de emancipação do homem “[...] aos imperativos do mundo físico” (BRESCIANE, 1984, p. 37). Segundo Stella Bresciani, foi conferido à máquina o poder de transformar e produzir tudo aquilo que era necessário à vida humana. Apostou-se nela como possibilidade não muito remota de superação do reino da necessidade e acreditou-se também que ela seria capaz de transformar a *estrutura social*.

Concomitantemente ao desenvolvimento científico e tecnológico, as transformações urbanas estão acontecendo de forma rápida em quase todo o mundo capitalista, fato determinante na instituição de um novo modo de viver e pensar a cidade, agora transformada em objeto de pesquisa, estudo e análise. Nesse ponto, não há diferença entre o que pensa Maria Stella Bresciani e Ana Lúcia Duarte Lanna. Esta defende que “a emergência do urbanismo associado ao sanitarismo e à engenharia significou o aparecimento de uma visão técnica e globalizante sobre a cidade que se consolidou nos anos 20 deste século” (LANNA,

1991, p.161). Os saberes médico e de engenharia também estão presentes na primeira porta de entrada teórica de Bresciani:

A técnica como instrumento de modificação do meio. A *Ideia Sanitária* nasce com a dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. Estrutura-se o *sanitarismo* sobre os saberes médicos e da engenharia, tendo em vista, porém, a preocupação filantrópica com a moralidade dos pobres: entre os objetivos de melhorar as condições de vida urbana esteve sempre o de civilizar seres semibárbaros. (BRESCIANE, 1991, p. 15).

Pensando nos saberes que estruturam essa porta, a partir de seus objetivos, o habitante da cidade passaria a ter sua vida organizada de fora para dentro, através de um “imperativo exterior e transcendente a ele mesmo.” Como isso se processa? De forma direta, os indivíduos letrados que fizeram parte de administrações da cidade, jornalistas, cronistas, médicos, sanitaristas que viveram o cotidiano citadino, tomaram para eles a responsabilidade de empregar as regras do sanitarismo, seja através de intervenções no corpo da cidade, seja através de discursos cujo foco central era civilizar os incivilizados, muito especialmente os pobres, visando a elevar suas condições de vida urbana.

Segundo Ana Lúcia Carvalho Lanna, foi a partir desse período que o Estado passou a reconhecer a relevância da “questão urbana”, ao se preocupar com as cidades e seus habitantes, formulando políticas específicas para elas. Os moradores dos municípios mais atingidos pelas transformações indicadas perceberam os movimentos que modificaram hábitos, costumes, práticas e fazeres.

Existe uma produção vastíssima abarcando as principais cidades brasileiras.<sup>1</sup> É necessário considerar, mesmo que de passagem, o fato de que, no Brasil, se nos apoiarmos em Sérgio Buarque de Hollanda, as cidades, no mundo colonial, não foram elementos fundamentais para a estruturação da colônia. É nesse sentido que ele, ao destacar o esplendor rural contraposto à miséria urbana, enfatiza que as cidades coloniais cresceram na dependência das propriedades rústicas.

A produção historiográfica sobre a cidade dá conta de que médicos, advogados, estadistas, dentre outros, construíram discursos tratando dos problemas experimentados pelos principais centros urbanos brasileiros, mas que o poder público não ficou apenas no discurso:

<sup>1</sup>Ver: LANNA, 1996; PONTE, 1993; REZENDE, 1997; SEVCENKO, 1998, p. 511-619; SEVCENKO, 1992b, p. 23-88; SEVCENKO, 1992a, p. 22-77; NASCIMENTO, 1999.

[...]na tentativa de controlar e compreender a nova ordem social que se consolidava, traduziram-se em intervenções sobre as cidades inspiradas sobretudo nos processos e modelos europeus. O aparecimento de uma visão técnica sobre as cidades e de uma percepção dos trabalhadores como classes perigosas foram elementos decisivos nas formas de intervenção e controle que então se estabeleceram (LANNA, 1996, p.161).

Introduzo aqui o trecho de um discurso originário da Prefeitura Municipal de Teresina que nos remete à *Ideia Sanitária* proposta por Maria Stella Bresciane.

[...] O prefeito vem, ultimamente, envidando todos os esforços no sentido de manter permanentemente limpos os passeios e os leitos das vias públicas. Nesse sentido, porém, o Serviço de Administração está encontrando sérias dificuldades, para levar a bom êxito essa determinação.

É que, alguns proprietários ou inquilinos menos esclarecidos, ao invés de colocarem o lixo no interior dos prédios, ou em suas entradas, portões ou corredores, em recipientes estanques, põem-no pelas esquinas das ruas, no chão, em flagrante desrespeito às disposições do Código de Postura do Município.

Essa prática causa péssima impressão aos que nos visitam.

O Prefeito espera a cooperação do povo e esclarece que tomará as providências legais contra o abuso (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 1959, p. 3).

É, pois, facilmente perceptível que a elite intelectual e política, através dos seus representantes e com base em saberes divulgados por médicos sanitaristas e urbanistas, responsabilizava os pobres pelas mazelas da capital do Piauí, acusando-os de agirem de forma incivilizada. O foco desses saberes estava direcionado aos “setores perigosos”, uma vez que as práticas cotidianas desses setores não se coadunavam com as práticas burguesas.

A nota enfoca outra questão importante: a preocupação dos administradores com o olhar daqueles que visitavam a cidade. Era preciso, então, que os moradores adquirissem hábitos e práticas dos habitantes dos centros urbanos civilizados, que respeitassem as leis municipais. Esse discurso se apoia em saberes da engenharia e da medicina, os quais, além de ajudar na formatação das leis locais, têm a pretensão de educar os corpos.

Outra dimensão da *Ideia Sanitária* é aquela que trata da intervenção do Estado no sentido de modificar a paisagem urbana através da construção, dando a ela ruas e avenidas largas, arborizadas, calçadas e limpas:

O Prefeito de Teresina está executando um avançado plano urbanístico, o qual transforma a Capital piauiense numa moderna, evoluída, bela e atrativa cidade. As Avenidas Maranhão e Poti, ligadas à Avenida Miguel Rosa,

formarão o anel de contorno da cidade e se constituirão, em si mesmas, artérias das mais belas do País.

Uma verba de 3,6 milhões de cruzeiros será aplicada na urbanização de Teresina, segundo projeto do urbanista Alexandre Costa (ESTADO DO PIAUÍ, 1971, p.3).

Vejam que a nota, no final, faz questão de indicar que o autor do projeto visa à construção de um anel viário na cidade. Portanto, a técnica orienta para novas propostas de circulação de moradores, mercadorias, automóveis e transportes coletivos:

A construção do anel viário da cidade, abrindo e asfaltando várias avenidas que vieram descongestionar o trânsito de nossa Capital, preparando-a para se integrar num todo, atraindo os bairros ao Anel Viário recém-construído. Foi um projeto de alta visão administrativa, que descortinará o desenvolvimento e a expansão da cidade.

Constituem o elenco do anel viário a pavimentação das Avenidas Miguel Rosa, Maranhão e José dos Santos e Silva e trecho da Barão de Castelo Branco. Integrou-se ao sistema viário a conclusão definitiva ao trecho compreendido entre a Avenida Joaquim Ribeiro e BR-316. A pista da Avenida Miguel Rosa foi duplicada, no trecho compreendido entre a Rui Barbosa e a Avenida Frei Serafim (ESTADO DO PIAUÍ, 1971, p.3).

Mas não basta que agentes construtores proponham intervenções na cidade real. São necessários recursos financeiros, e as fontes estão no modelo de pensar o Brasil desde a implantação do regime militar. Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, Alberto Tavares Silva, governador do Piauí (1971-1975), destaca que recebia o apoio do Governo Federal para o seu plano de atuação no Estado. Vivia-se, ainda, a euforia do crescimento econômico, provocada pelo chamado “milagre brasileiro”. Localmente, o eixo da política governamental voltou-se para dinamizar a economia piauiense, enfatizando a integração do território do Piauí ao restante do país. Com base nesse discurso foi construída a rodovia Transpiauí, para ligar Parnaíba, no litoral, a Corrente, no Extremo Sul do Piauí, na divisa com a Bahia. Na época, não foi mencionado o objetivo final, que era possibilitar a ligação do Piauí a Brasília, pelo interior.

A euforia da conquista da Copa do Mundo, em 1970, no auge da ditadura militar, incentivou o governador a construir um estádio de futebol (que recebeu o nome do próprio governador) com capacidade para 70 mil pessoas - à época, metade da população de Teresina. No mesmo governo, houve a construção de um hospital voltado ao atendimento de pessoas acometidas por doenças infecto-contagiosas, percebendo-se, mais uma vez, a atuação do médico-sanitarista, que orientou a intervenção do poder público no tecido urbano (PANERAL, 2006).

Em Teresina, construiu-se um terminal ferroviário que foi chamado “Polo Petroquímico de Teresina”, passando a receber combustível diretamente do porto de Fortaleza e, posteriormente, do porto de São Luís. Com isso, um trecho das ferrovias implantadas no Piauí ganhou sobrevida, uma vez que os trens de passageiros começavam a ser desativados.

É perceptível, até esse momento, que o Estado, como agente construtor e modelador do espaço urbano (CORREA, 2002), tem uma atuação decisiva na construção do espaço, regulando sua própria ação e a dos outros agentes e, ainda, consumindo grandes faixas de terra, como aquelas empregadas na construção do estádio de futebol e do terminal ferroviário. Visa-se, assim, a transformar a cidade, dando-lhe o porte de uma metrópole. O Estado seguiu o modelo aplicado a outras cidades e, na capital do Piauí, em outra ocasião, seguiu o modelo da modernização autoritária.

Essas atividades tiveram como consequência a atração de pessoas oriundas do próprio território piauiense e de estados vizinhos, como o Ceará - sempre afetado por estiagens<sup>2</sup> -, para Teresina, em especial.

Na tentativa de compreender os fatores que levaram essas pessoas a abandonarem seu local de origem e rumarem para Teresina e de que forma essa experiência modificou suas vivências, montaram-se algumas perguntas, tais como: quais as imagens elaboradas em torno da cidade grande? Que desejos e sonhos foram projetados nessa transferência? De que forma foram alocadas no espaço urbano? Como conseguiram inserir-se no mercado de trabalho? De que maneira o poder público interveio em suas vidas? Que lembranças e (res)sentimentos guardam desse período? A História Oral foi empregada como instrumento metodológico, visando a nos aproximar das memórias construídas em torno das trajetórias de vida dos entrevistados, como migrantes e moradores da cidade de Teresina.

A História Oral possibilita<sup>3</sup> a constituição de fontes, pois tem como fundamento o contato com pessoas que vivenciaram certos acontecimentos do passado ou que foram testemunhas deles. As experiências narradas pelos entrevistados possibilitam ao historiador aproximar-se do cotidiano dessas pessoas, sem, contudo, perder de vista que se trata de uma

---

<sup>2</sup>A documentação escrita registra que o Piauí sofreu invasões de retirantes em 1824, 1845, 1860 e 1877, para lembrar alguns períodos de chuvas irregulares no século XIX. Durante o século XIX, até pelo menos metade do século XX, pelo território piauiense passaram retirantes do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Norte, a maioria de passagem, esperando atingir terras do Maranhão, do Pará e do Amazonas.

<sup>3</sup>A história oral é uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados. [...] Ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época (THOMPSON, 2002, p. 14).

elaboração do entrevistado sobre sua própria experiência, marcada por uma carga de subjetividade, não se tratando de um “retrato” do passado (ALBERTI, 2006, p. 170).

Entendemos que a memória desse grupo é atravessada por uma série de sentimentos, lembranças que, ao serem ativadas, trazem consigo experiências nem sempre satisfatórias, marcadas por muitas dificuldades, constituídas, em sua maioria, por uma carga afetiva muito intensa. O processo de rememoração realizado pelos depoentes deve ser entendido com ressalvas, na medida em que compreendemos a memória e o próprio ato de lembrar como uma construção de sentidos e significados, não isentos de interferências e reelaborações do presente.

A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos que outros), mais do que recuperando-os [sic], resgatando-os ou descrevendo-os como ‘realmente’ aconteceram. Atualizando os passados. [...] É este trazer à tona que constitui o fundamento mesmo da memória, pois o passado que “retorna” de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, *reatualizado* (SEIXAS, 2004, p. 49/51, grifos do autor).

A extrema pobreza observada nos centros urbanos, sobretudo em cidades de médio porte como Teresina, tem uma íntima relação com a pobreza localizada na zona rural do próprio Estado e dos estados vizinhos, tendo em vista que um dos maiores responsáveis pelo aumento populacional dessas cidades é o êxodo rural. A migração campo-cidade tem contribuído para o aumento da pobreza nos centros urbanos de médio a grande porte, resultando em uma população que vive em condições subumanas.

Essas pessoas sofrem várias influências para deixar o campo. Um dos principais fatores da saída de trabalhadores do campo, conforme Olavo Bacelar (1980, p. 25), é o “atraso da agricultura tradicional”, baseada na agricultura familiar e de subsistência, em sua grande maioria não remunerada, sujeita às intempéries do clima e à irregularidade na distribuição das chuvas, com períodos prolongados de estiagens. Esse fator alia-se, ainda, à concentração de terras nas mãos de poucos, com a formação de imensos latifúndios, o que dificulta o acesso à terra aos pequenos produtores, obrigando-os a trabalhar em sistemas agrícolas desfavoráveis para eles, comuns no sertão do Nordeste, nos quais os trabalhadores rurais utilizam a terra de terceiros para o cultivo e pagam com parte da produção, mingando ainda mais os escassos recursos do homem do campo.

Conforme já citado, inúmeros são os fatores que levam as pessoas a migrarem para os grandes centros urbanos. A trajetória seguida por seu Durval Venâncio da Silva, nascido em

Cabeceira, zona rural do município de Timon, no Maranhão, que migrou para Teresina em 1976, revela alguns desses fatores:

O motivo foi o seguinte, nós trabalhava de agregado, aí foi o tempo que eu tomei conta de família, me casei, tinha os proprietários lá que eram muito bom, o compadre Pedro, e aí ficou os herdeiros, aí com a mudança dos proprietários antigos, aí começaram a apresentar muitas exigências, muitas coisas. [...] mas aí a gente, por desgosto, besteira mesmo, mudança de proprietário de terra, a minha irmã já tinha mudado pra cá, já tinha esse terreno, tinha essa menina que eu queria educar ela, botar ela pra estudar, e lá era difícil, e aí eu botei ela pra cá, pra casa da minha irmã, aí visto a isso eu decidi mudar pra cá, eu, só eu, a mulher e a menina, então o pouco recurso que eu tinha, então [...] e foi o que aconteceu, eu vim pra cá, botei a menina pra estudar, arranjei esse emprego na Lourival Parente e vou levando a vida pra frente (SILVA, 2009).

Os motivos apontados por seu Durval giram nitidamente em torno da relação de trabalho à qual estava submetido no campo: morava como agregado, sem direito à posse da terra, tinha seu destino decidido pelos proprietários. As formas de trabalho no campo eram pautadas em estruturas rígidas de concentração de terra nas mãos de um pequeno número de latifundiários, fator que determinava a impossibilidade de acesso à terra pelos agricultores. Essa estrutura rígida de propriedade fundiária permitia que a mão de obra fosse explorada pelos grandes proprietários através de um sistema de arrendamento da terra. Notamos que, por causa da exploração da força de trabalho do homem do campo, aliada ao desejo de encontrar um novo emprego e de possibilitar o acesso aos estudos à filha, a cidade grande acenou para seu Durval não só como uma possibilidade, mas como uma concretização, mesmo sem estudos e qualificação profissional apropriada para as exigências do mercado, da oportunidade de inserir-se no mercado formal de trabalho, inicialmente como servente de pedreiro e depois como vigia, função que ocupou até se aposentar.

Em decorrência das dificuldades enfrentadas no meio rural, o migrante se dirigia para centros urbanos em que havia maior dinâmica nas atividades econômicas, movido pela expectativa de ascensão social. A “cidade como ímã”, no dizer de Raquel Rolnik (1980), atraía as pessoas e acenava para um futuro melhor. A imagem dessa cidade chegava ao campo e mexia com as sensações de seus habitantes, provocando expectativas de mudanças. A mídia, com a expansão do número de emissoras de rádios desde a década de 1960 e o surgimento da televisão, comum nas praças públicas de cidades de pequeno porte em meados de 1970, passava, então, a ser o principal veículo de propaganda do viver citadino.

A cidade era apontada como um lugar de oportunidades, de possibilidade de mudança de vida, com uma oferta de emprego maior e mais diversificada do que as oferecidas nas regiões interioranas. O acesso à infraestrutura desses centros era outro atrativo para os migrantes, que desejavam estar mais perto dos serviços urbanos, como saúde e educação, e do comércio de produtos industrializados que começava a crescer, com o incremento da produção e do consumo de bens duráveis. O consumo desses bens provocava novas sociabilidades e sensibilidades, que eram divulgadas entre os moradores do meio rural por meio de relações de parentesco ou de amizade, de modo que essas pessoas eram um elo entre o viver urbano e a zona rural.

A experiência de seu Paulino Alves Muniz, natural de Valença, no Piauí, migrante que chegou a Teresina em 1968 acompanhado de sua esposa, dona Josefa, e de seus cinco filhos, reflete bem essa situação.

Lá, a vida nossa era trabalhar de roça [...] Era terreno agregado, pagava a renda. Tinha criação de bode, galinha, porco, essas coisas que tinha no interior na época que ainda deixavam criar. [...] Quando nós chegamos aqui em Teresina nós trouxemos arroz, trouxemos feijão, tudo de lá. [...] Nós tinha uma tia nossa que morava em Teresina, ela aqui e acolá ia passar tempos lá, né, e levou até meter na cabeça da gente ir. E a gente precisava mermo, que tinha que botar os meninos no colégio, lá não tinha, né. A gente já é criado sem saber de nada (MUNIZ, 2009).

A migração também era resultado de projeções para o futuro dos filhos - diferentemente da trajetória de vida dos seus progenitores, eles teriam a oportunidade, por meio do acesso à escola, de uma vida melhor e menos sacrificada. Em torno da educação dos filhos era criada uma expectativa de mudança, possibilitada pelos estudos, que lhes assegurariam uma inserção social que, naquele momento, lhes era negada. Através do sonho e da fantasia constituíam-se experiências de vida marcadas pela esperança de dias melhores, se não para eles, impossibilitados pelas estruturas de exclusão que constituíram o processo histórico no qual estavam inseridos, pelo menos para os filhos, que viveriam uma realidade mais amena.

Mesmo com reservas financeiras ínfimas, resultantes do trabalho estafante no campo, a possibilidade de deslocar os filhos para a capital, visando a dar a eles condições de continuidade aos estudos, era vista como uma alternativa às estruturas de exploração vigentes no campo. O estudo era uma porta que se abria para a qualificação profissional e para a inserção no mercado de trabalho, como a oportunidade oferecida aos irmãos Agenor e Maria

de Jesus Vieira Abreu, que residiam em Cruzes, na época zona rural de Teresina, hoje pertencente ao município de Curralinhos:

A mamãe ela vivia na roça e tudo. Não estudou, mas ela sempre queria colocar os filhos para estudar. [...] Então ela sempre queria ter um filho assim estudado. Ela não teve aquela oportunidade, mas tinha aquele prazer de colocar o filho, estudar naquela época, estudar em sessenta e oito, imagina? Era difícil, só pra vim pra cá era difícil demais, mas ela costurando e meu pai na roça e ela também ia pra roça e meu pai tocando, aí eu achei ruim, achei porque era a época que eu tava começando a tocar também, ia aprendendo de pouco a pouco, mas quando eu vim tinha catorze anos, quando eu vim, aí eu já tava começando a tocar, também dançava, ia dançar com os meninos e, quando eu vim pra cá, acabou tudo (ABREU, 2009).

A narrativa de Agenor, ao referir-se ao trabalho dos pais, indica, entre outras coisas, a árdua tarefa que eles enfrentaram para permitir que os filhos pudessem frequentar a escola. A zona rural de Teresina não havia sido ainda dotada de estradas, e as existentes tinham sido abertas pelas patas do boi, o que dificultava o deslocamento para a capital. Além disso, Agenor informa que aprendera a tocar acordeom, instrumento que o pai tocava nas festas e festejos locais. Agenor, então, passou a acreditar que poderia ter uma vida diferente daquela dos pais.

Maria de Jesus Lima, irmã de Agenor, lembra da notícia dada pelo pai sobre a aquisição de uma casa em Teresina, com a intenção principal de deslocar os filhos para a cidade, permitindo, dessa forma, que pudessem frequentar a escola de forma regular:

[...] fiquei sem estudar, né, aí meu pai veio, que era aquela coisa, eles vendem, passa, passa em uma cidade pra comprar roupa, calçados, ia uma vez por ano e qual foi a nossa surpresa quando eles chegaram, eu lembro, lembro como se fosse hoje, eles chegaram à noitinha, meu pai trazia um, um, uma coisa assim de açúcar, como se fosse um quilo de açúcar e uma chupeta. Aí todo mundo ficou, cadê, cadê, cadê os presentes, cadê as compras? Eles sentaram e aí eles foram contar: “– Não, nós compramos uma casa pra vocês irem estudar”. Aí eu lembro que eu fiquei muito triste por conta daquilo, mas sentia muita vontade de estudar, estava sem estudar, [...] Em setenta e um deixei minha terra natal e vim para Teresina começar uma grande luta (ABREU, 2009).

Teresina foi o principal ponto de convergência, especialmente nos decênios de 1970 e 1980, para o qual um elevado contingente populacional se deslocou, oriundo de municípios do próprio Estado e de estados vizinhos, como o Ceará e o Maranhão. Portanto, em nível regional, Teresina era um dos centros urbanos onde mais se refletia a pobreza da zona rural, por ser detentora de uma rede de serviços avaliada como boa e concentrar as atividades

produtivas e administrativas da região, além de pela sua posição geográfica, no interior, sendo a única, entre as capitais do Nordeste, plantada no sertão, ou seja, mais próxima das regiões em que se encontra o ciclo das secas. Maria de Fátima Matos (1995) afirma que o processo de formação e crescimento da pobreza é devido:

[...] à desproporcionalidade entre o crescimento populacional de Teresina e o seu crescimento econômico e desenvolvimento, destacando-a como um dos fatores determinantes para que um elevado contingente de seus habitantes, outrora empobrecidos no campo, continue na cidade, ainda, em estado visível de extrema pobreza (1995, p. 9).

A trajetória de vida de seu Paulino e de dona Josefa revela um pouco sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas que chegavam a Teresina influenciadas pela ideia de mudança de vida, mesmo sem parâmetros de como a vida iria melhorar. Essa falta de parâmetros incidia, sobretudo, na imprecisão acerca do trabalho, pois, em virtude de não terem uma profissão definida para o meio urbano e de serem analfabetos, as ofertas de empregos não seriam muitas. Entretanto, decidiam enfrentar essa nova realidade, talvez pela impossibilidade de seguir por outros caminhos.

Fomos pra Teresina pra pensar, assim, numa coisa melhor, mas muitas vezes é o contrário do que a gente pensa. A gente quis vim prá cá, num tinha opção, arranjar emprego, a competição é grande, porque nessa época fui trabalhar quase que ser mesmo na roça, que era em construção civil, que na época era um serviço pesado e aí depois trabalhei na Servisan, quase vinte anos lá, era zelador. Pra arranjar emprego, né, que tinha que ter leitura e nós num tinha nesse tempo né, aí podia ser se tivesse uma boa leitura pelo menos o Primeiro Grau, na época era isso, mas nós num tinha, nem eu e nem ela [dona Josefa, sua esposa], ela sofreu muito, trabalhou, bateu roupa pra poder sobreviver, trabalhou em banca no mercado. Foi uma luta na época que eu passei desempregado, quem sustentava era ela mais uma banquinha lá no Mercado Velho [...] trabalhava em casa mesmo, na última vez pegando bico (MUNIZ, 2009).

A ideia de cidade rica, próspera, portanto, um lugar de muitas oportunidades, de muitos empregos, que atenderia a todas as pessoas lá desembarcadas, desfazia-se no primeiro contato com a cidade grande. A cidade desejada ficava apenas no campo da ilusão; a cidade real apresentava faces não imaginadas, não sonhadas. A oferta de emprego, além de ser pouca, era voltada para um grupo que tivesse, pelo menos, o mínimo de escolaridade. Excluídos desse grupo, os migrantes passavam a exercer trabalhos pesados, principalmente braçais, com remunerações baixas, o que os levava a dobrar sua jornada de trabalho, para garantir o provimento da casa.

No caso abordado, notamos que, para o migrante que já havia constituído família, as adversidades impostas pela não inserção no mercado de trabalho levavam a uma nova configuração nas relações de trabalho. No campo, o modelo de sociedade patriarcal era mais presente, principalmente na perspectiva ideológica, segundo a qual o homem era tradicionalmente o provedor familiar, responsável pelo sustento da prole, e a esposa se voltava para os afazeres domésticos e a criação dos filhos. Essa relação foi abalada nos grandes centros, onde a mulher, pela impossibilidade de trabalho do homem ou como forma de complementação da renda, passou a realizar atividades que faziam parte de sua experiência, trabalhando como doméstica, copeira, lavadeira ou vendedora. Embora com rendimentos mais baixos do que os homens, elas, por vezes, assumiam a responsabilidade pelo sustento da família.

Como se pode observar, a maioria dos migrantes e das pessoas que compunham as camadas pobres da cidade era de trabalhadores com experiência apenas em atividades rurais. Por essa razão, o destino deles era o mercado informal de trabalho, na condição de serventes de pedreiro, carroceiros, carregadores, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, realizando “bicos” pela cidade, como lavadores e guardadores de carros na região central de Teresina ou, ainda, oferecendo sua força de trabalho em olarias.

Havia também as atividades voltadas para a vida noturna. Com a expansão dos bares e das churrascarias, novas formas de lazer e sociabilidade da classe média, ocupações como as de garçons, cozinheiras e churrasqueiros passaram a ser oportunidades a mais no competitivo mercado de trabalho. Não se pode esquecer também das atividades realizadas nas zonas de baixo meretrício, onde pequenos prostíbulos e casas de forró proporcionavam diversão e entretenimento para as camadas populares, garantindo o sustento às ditas “mulheres de vida livre”, aos proprietários desses estabelecimentos e a seus funcionários.

A situação irregular e frágil das relações de trabalho exercidas por esses moradores refletia diretamente em suas moradias, localizadas em regiões precárias e em áreas de risco da cidade. Eram comuns habitações frágeis – de taipa e pau-a-pique, com cobertura de palha de coco babaçu – mas acessíveis, pelo baixo custo da construção. Porém, aqueles que não dispunham do mínimo necessário para a aquisição desse bem recorriam ao aluguel de casebres de terceiros, que constituíam aquilo que ficou conhecido na literatura como favela<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>O termo favela significa “fava pequena, planta leguminosa abundante em Canudos, que deu nome a um morro local. O morro da Favela, no Rio de Janeiro, recebeu esse nome por assemelhar-se ao morro do sertão baiano”. (CUNHA, 2004, p. 74). Desde então, passou a ser utilizado como sinônimo de conjunto de habitações precárias. Em Teresina, no período em estudo, observamos que o termo favela era utilizado para designar focos de casas de taipa ou palha, construídas em sua maioria em terrenos irregulares, de terceiros ou até mesmo em logradouros

Por conta do material frágil com que eram construídas as habitações, em geral de taipa e cobertas de palha, e por se localizarem muito próximas umas das outras, era frequente a ocorrência de incêndios, que levavam pânico e prejuízos aos moradores. Dona Teresa Maria de Jesus Santos descreve a região do bairro Ilhotas, onde estava localizada a sua residência:

A gente vivia ali muito aperreado, só era doença, casa pegava fogo. [...] Todos os anos aquela quinta queimava, era um sufoco, que as casinhas tudo era de palha, todos os anos queimava. [...] eram tudo emendada na outra. Teve uma vez que ia queimando a rua todinha de taipa, uma vez foi na casa da comadre Toinha, os menino brincando, o meu marido foi quem salvou ela. [...] Aí foi que a gente ouviu a zuada e todo mundo correu. A outra vez foi na parte de baixo, pegou fogo na casa da finada Luizinha e subiu até quase chegar na minha, ficou faltando só uma, isso era rede, pote quebrado, lata d'água, o fogo era grande. [...] nunca foi corpo de bombeiro não, porque naquele tempo era menos estruturado, não tinha corpo de bombeiro não pra apagar fogo, né, e aí o fogo foi apagado mesmo na mão (SANTOS, 2009).

Como podemos observar na fala de dona Teresa, sua casa ficava situada em uma área irregular - como os próprios moradores nomeiam, “casa de beira de rua”, em um espaço comprimido entre a rua e o muro de uma propriedade do governo -, vulnerável às doenças, por causa da completa inexistência de saneamento, e aos incêndios recorrentes, que se alastravam com facilidade por causa da proximidade e do material com o qual eram construídas as residências. Era dificultado, inclusive, o acesso dos bombeiros, que não se faziam presentes nesse momento de angústia dos moradores, os quais recorriam à solidariedade dos vizinhos como forma de ajuda mútua.

A favela, portanto, é representada pelo migrante de forma contraditória: ao mesmo tempo em que é o único espaço oportunizado a ele e a sua família dentro da cidade, lugar de abrigo, amparo e aconchego, é tido também como área de risco, de insegurança e de desalento, especialmente no que se refere à fragilidade da moradia.

Dona Josefa, que chegou a Teresina em 1968, descreve o início de sua vida na cidade, relacionando-o ao desejo de possuir uma casa que servisse para acolher sua família e à decepção com o local encontrado, com o risco a que estavam sujeitos seus filhos.

É que nós tinha um sonho de ter a casa da gente, porque morar nas casas dos outros é ruim e pior com menino, né. [...] caminhei pra cá procurando um lugar e uma casinha ruinzinha, que o dinheiro da gente era pouco, num dava

---

públicos, como em ruas ou debaixo de pontes, próximo às linhas férreas e de transmissão de energia, em áreas de risco, próximo a lagoas e rios, em locais sujeitos a alagamentos. As favelas não se configuravam como grandes aglomerados urbanos, comuns nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, mas tinham como semelhanças a precariedade das moradias e a pobreza de seus moradores.

pra comprar uma casa e só dava pra comprar se fosse uma mesmo aí. [...] Aí a casinha de taipa, todas as forquilhas é de enchimento, né era da grossura do dedo, chega era coisadinho, envergadinho, a cumieira dela não era da grossura de meu braço. [...] Aí nós ficamos nessa casinha, ficamos, ficamos. Veio uma chuva, aí minha menina tava com febre, aí essa casinha quando o vento veio assim ela arrancou assim as palhas tudim, viraram assim ô pra riba da cumieira, aí a minha menina se molhou e pegou a chorar, aí eu cobri ela com uns pano, mas menina, foi um negócio sério (JOSEFA, 2009).

O sonho da casa própria, mesmo que essa não se apresente com as condições mínimas de habitabilidade, é resultado do esforço do migrante para estar efetivamente inserido no meio urbano. Yaponira Machado B. Guerra, no estudo que fez sobre as representações dos migrantes que compõem as classes empobrecidas da cidade do Recife a respeito de suas experiências de vida, afirma que “a busca por um espaço físico é assim, mais uma etapa para a conquista de um espaço social que lhe permita melhores condições de vida” (GUERRA, 1993, p. 89), mesmo que essas melhorias sejam implantadas aos poucos e em longo prazo. No caso de dona Josefa, somente em 1975, sete anos depois de sua chegada à capital, ela conseguiu adquirir uma residência, embora de estrutura frágil.

Nesse sentido, a favela é vista pelo migrante como a única alternativa para aqueles que querem permanecer na cidade. As favelas são, em geral, lugares mais acessíveis por não contarem com uma infraestrutura adequada. A maioria dos moradores das favelas é migrante e está sujeita a uma outra condição de vulnerabilidade: o risco constante de desapropriação, seja pela ação disciplinadora do poder público, ou pela intervenção de particulares. Os migrantes já vêm de um processo de ruptura, na medida em que abandonaram seu local de origem. Suas relações de trabalho e de sociabilidade, lá construídas, foram deixadas para trás. Além disso, em muitos casos, o processo migratório se dá por etapas: nem sempre o migrante realiza a transferência diretamente da zona rural para os grandes centros urbanos - muitas vezes, essa transferência é feita, primeiro, para cidades menores e mais próximas do seu local de origem. Assim, o migrante começa uma nova vida em cada lugar a que chega.

Essa apreensão em torno de uma possível remoção, nos grandes centros urbanos, está pautada na insegurança provocada por mais uma mudança que possa afetar as relações de trabalho, as atividades realizadas ali, a proximidade do emprego e/ou da escola, as facilidades de deslocamento e a proximidade do centro da cidade, além dos laços de amizade, da solidariedade, da convivência constituída com os vizinhos e, especialmente, da relação afetiva criada pelos moradores com esses locais.

Entretanto, a remoção dessas famílias se torna inevitável. Durante a década de 1970, a medida adotada pela municipalidade em relação a esses espaços de construções irregulares

teve finalidade dupla: a implementação de sistema viário para facilitar o tráfego em alguns pontos da cidade, o que levou a uma série de demolições de barracos; e a expulsão da população pobre de áreas malvistas da cidade, mandando-a para a periferia.

A transferência dessas famílias para outras áreas da cidade trouxe significações múltiplas e divergentes. Muitos a apontam como uma medida boa, necessária e até mesmo inevitável. Dona Maria Creusa Monteiro de Moraes, por exemplo, teve sua casa demolida e foi remanejada do bairro São Pedro, na zona Sul, para o bairro Água Mineral, na zona Norte da cidade, em consequência da duplicação da Avenida Gil Martins.

Pra ser naquela época, eu acho que não, acho que tinha de ser daquele jeito mesmo, sabe por quê? Naquela época não tem a facilidade que tem hoje, porque hoje tem esse negócio do projeto da ADH, justamente, a pessoa faz a casa, recebe só a chave pra entrar e morar, não é bom demais? Nessa época, eu acho que não tinha, se tinha, a gente não tinha conhecimento, quer dizer que eu ainda me senti feliz naquele tempo de ter ganhado esse terreno aqui, tu já pensou se eu tenho ficado de aluguel, bolando de casa em casa, hoje aqui, amanhã ali, acolá, aí veja, eu achei triste e achei bom. A parte triste é porque eu fiquei sem ter nenhuma cobertura, né, mas hoje, como eu já tenho aqui pra ficar, tô feliz (MORAIS, 2009).

O sonho da casa própria, acalentado durante uma vida, transformou-se em realidade de forma violenta, uma vez que foi provocado pela demolição da casa onde moravam dona Maria Creusa e sua família. A casa era alugada, e esse fato parece configurar-se, aos olhos da moradora, alguns anos depois, como algo normal. Dona Maria Creusa justifica a maneira como foi transferida por não haver, na época, políticas públicas que visassem à construção de habitações para os segmentos mais pobres da sociedade. A moradora não tinha informações a respeito, mas na década de 1970 foram construídos vários conjuntos populares em Teresina. É muito provável que o poder público tenha se aproveitado da ignorância das pessoas para deslocá-las para a periferia, região desprovida de água, luz, telefone, transporte, serviço hospitalar etc. No entanto, dona Maria Creusa “achou bom”, afinal de contas, havia conquistado a casa própria.

Já outros moradores veem essa experiência de forma diferente. Suas lembranças são carregadas de ressentimentos em torno da transferência de bairro. Seu Agenor, assim como dona Creusa, residia nas proximidades da Avenida Gil Martins.

A mudança é uma coisa que eu falei, é que tem meus vizinhos, não vieram pra lá, né, teve muitas vizinhas nossas lá que a gente tinha aquele ciclo de amizade com as pessoas. A gente, naquele tempo, era muita tradição, era padrinho de vizinho, era compadre, compadre, né. E tinham aquela fase de

estudante, naquela fase boa dos estudantes, faz amizades boas, e aí já pensou, eles moravam tudo ali próximo, todos colegas, estudando todo mundo junto, a gente ia a pés pra escola, não precisava de condução, e a gente conhecia todo mundo. Aí depois ir morar lá na Água Mineral sem conhecer ninguém, aí teve que transferir pro colégio Helvídio Nunes. A gente sentiu no começo foi isso, porque tinha muitos alunos do Lorival Parente que morava na Tabuleta, tinha casa, essas pessoas ficaram lá. A gente sentiu mais foi isso mesmo, a minha irmã, já estava ficando mocinha aí tinha o pessoal, né, aí foram pra lá, sem conhecer ninguém, e as meninas sem poder nem ir se visitar por causa dos transportes, o mais chato foi isso, um ambiente que você já está acostumado (ABREU, 2009).

A transferência, para seu Agenor, significou o rompimento das relações mantidas naquele espaço. Os círculos de amizade e a convivência com os vizinhos foram desfeitos de forma brusca. Sua fala é marcada pelo distanciamento, não apenas na perspectiva espacial. A mudança representou uma nova significação de um ambiente ao qual ele já estava adaptado, que fazia parte de seu cotidiano, e que passara a ser algo estranho e distante. Ecléia Bosi afirma que “a casa demolida abala os hábitos familiares e para os vizinhos que a viam há anos, aquele canto de rua ganhará uma face estranha e adversa” (1994, p.451). O tempo e a distância iriam encarregar-se de desfazer as relações firmadas nesse espaço, como os vínculos de amizade, de vizinhança e de compadrio, comuns nas regiões interioranas e que continuavam sendo praticados nas periferias dos centros urbanos (GODOI, 1999).

A mudança de bairro refletiu diretamente nas relações afetivas desse grupo, mostrando que o espaço é constituído por uma materialidade edificada, mas, fundamentalmente, apoia-se em um aporte subjetivo. As experiências vividas em comum eram compartilhadas pelos membros daquela comunidade, constituindo um sentimento de pertencimento e identificação entre eles, suporte para a memória - o que Maurice Halbwachs intitulou de “quadros sociais de uma experiência histórica” (HALBWACHS, 1990), ou seja: as memórias descrevem acontecimentos vivenciados pelo grupo, o qual elabora imagens e representações que repassa entre seus membros, dando um caráter coletivo a essas memórias.

Em casos de rupturas, de impossibilidade de manutenção desse grupo ou do próprio desaparecimento dessas memórias coletivas, esse processo de rememoração passa por mudanças. De acordo com Célia Toledo Lucena, “acontecimentos fortes, tais como morte, mudanças, causam alterações nas relações do grupo com o lugar e, a partir daí, não será exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva, nem mais as mesmas imagens, nem o mesmo ambiente material” (LUCENA, 1998, p. 398).

Pierre Nora afirma que:

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum, se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, p. 180).

Para o autor, há um deslocamento, no campo da memória, do social para o individual, do impessoal ao subjetivo. Sob essa perspectiva, as impressões pessoais, as subjetividades, apresentam-se na narrativa do depoente carregadas de sentimentos e elaborações de significados do vivido isoladamente, sobretudo na relação que ele manteve com espaços que se apresentam como *lugares de memória* (NORA, 1993, p. 9), impregnados de uma carga afetiva e de significações particulares. As falas acerca da casa, entendida como um desses lugares de memória, pontos de referência em nossas lembranças, espaços constituídos de intimidades, relacionados à vida privada, familiar, são elaboradas por meio de uma descrição tênue entre o concreto e o imaginário, o real e a fantasia, como a descrição feita por seu Agenor de sua casa na Avenida Gil Martins, que foi desapropriada e demolida pela Prefeitura.

Era uma casa ruim, era uma casa que não tinha conforto, não tinha nada, sempre a gente sonha com aquela casa, não sei por que isso. A gente sonha lá e nós morando lá, um dia eu acordei, rapaz, pra eu voltar a aceitar, eu acordei pensando que tava lá, aí eu fiquei, não, mas eu não moro mais naquele lugar, muitas vezes isso acontece, muitas vezes eu sonho com a porra daquela casa, ainda hoje eu tenho na mente a casa bem direitinho. Mas eu não sei por que esse sonho, que segredo é esse (ABREU, 2009).

Na atividade de lembrar, rememorar acontecimentos do passado, a memória é ativada ao mesmo tempo em que é levada a elaborar leituras do vivido, a partir de configurações do presente. Esse distanciamento é necessário para a elaboração de representações em torno dos sentimentos que essas lembranças constituem na vida dos entrevistados. Sendo comuns idas e vindas em suas narrativas, nessa relação entre o passado e o presente, as memórias configuram-se ora com o “real”, o palpável, ora com a imaginação e os sonhos, nem sempre compreensíveis pelos nossos depoentes.

A gente recebeu a notícia lá que a gente ia sair da casinha, né. Pra mim, foi muito triste porque eu tinha um pé de pimenta-de-cheiro e um pé de maracujá, não tinha quintal, era tão pequeno, mas mesmo assim eu deixei pra pegar, e o pezinho de maracujá já tinha muito maracujá. [...] e eu fui lá, fui fazer, fui fazer uma visita à casinha, né, e peguei uma faca cortei os maracujás, com a faca cortei tudin os bichinhos porque eu já sabia que iam cortar tudo, né, e isso aí ficou na minha cabeça anos e anos, até um tempo desse eu sonhava com aquela cena, né, eu vendo aquela casinha e eu tirando

os maracujás, eu fiquei um tempão com aquilo ali, agora não, agora eu não sonho mais, eu passei um bom tempo com aquela visão, agora o porquê eu não sei, porque eu nem senti, eu não vi derrubarem a casa, eu não vi. Já passei lá uma vez, eu nem consigo, assim, saber exatamente aonde é que era a minha casa não, mesmo assim, e eu acho até melhor onde eu estou hoje, mas eu não sei por que aquilo ficou (ABREU, 2009).

A recorrência, na fala de alguns de nossos entrevistados, do elo afetivo que muitos deles mantêm até hoje, consciente ou inconscientemente, com essa primeira casa, remete-nos às relações que os indivíduos constroem com esse espaço, visto não só sob a perspectiva física, mas também como um lugar de memória, carregado de lembranças e identidades. Seu Raimundo da Silva Rodrigues faz uma descrição da casa em que vivia com sua família, situada no bairro Ilhotas, até meados dos anos 1970, quando foi remanejado pela Prefeitura para o bairro Buenos Aires, na zona Norte da cidade, tendo sua casa sido derrubada para ceder espaço para o alargamento da rua e para a reforma do Quartel da Polícia Militar, onde hoje se localiza o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP):

Era uma casa assim, bem na esquina, colada com o arame do CFAP, era uma casinha de parede de barro, não é, coberta de palha, era uma casa pequenininha, tinha um quarto, a cozinha espremendo com o arame do CFAP, era apertada, todo mundo ficava naquela casinha. [...] A minha casa era, ainda hoje está na minha cabeça, era uma casinha pequena, aqui acolá eu sonho com ela, acho que ela não sai da minha cabeça, aqui acolá eu fico sonhando com ela, acho que porque eu faço muita reforma de casa aqui, eu mexo, faço uma coisa aqui, outra ali, e aquela casa nunca saiu da minha cabeça, eu sonho muito com essa casa, mas reformada, mas é incrível, essa casa no meu sonho é como se fosse reformar, que não tivesse sala, não tivesse quarto, não tivesse nada (RODRIGUES, 2009).

Notamos que, ao rememorar os aspectos da casa, a descrição é direcionada para a ligação que ele mantém com a casa de sua infância, ainda viva na memória de seu Raimundo, a ponto de fazer parte dos seus sonhos. Em seu inconsciente, essa casa permanece presente e imutável, apesar do tempo transcorrido, o que o leva a imaginar que ainda mora nela e está pondo em prática aquilo que talvez ele idealizasse enquanto menino, ter sua casa reformada, um ambiente mais agradável para a sua família. Guardamos conosco uma relação intensa com a casa onde moramos, pois é nela que estão as nossas primeiras experiências, a vivência em família, o espaço de lazer e descanso, o aconchego e a proteção do lar. Suas paredes se apresentam como o suporte de nossas lembranças mais marcantes.

Conforme Ecléia Bosi, “a casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conhece, mas é aquela que vivemos os momentos mais

importantes da infância. Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (BOSI, 1994, p. 435). No caso de seu Raimundo, que foi obrigado a deixar a casa onde passou a maior parte de sua infância, essa experiência é extremamente dolorosa e marcante.

Quando a gente veio pra cá, parecia que a gente estava morando em outro lugar do mundo, pra mim foi a maior tristeza chegar aqui, mas eu chorei, que eu lembro, aqui você perde todo o seu habitat, você perde toda a sua identidade, é jogado então aqui. Era uma área totalmente desconhecida, assim, eu fiquei completamente perdido, foi uma parte de mim que ficou lá que foi difícil recuperar. Muito mato, pessoas estranhas, não tinha movimento, não era, muita poeira, tinha a avenida aqui num escurão danado, tanto que, quando passava um caminhão, ficava só a poeira, aqui não tinha muito habitante, né, era uma casinha aqui e acolá, pouco trânsito, muita poeira, muito mato e só isso (RODRIGUES, 2009).

As mudanças sentidas por seu Raimundo estão relacionadas ao sentimento de perda. Todas as suas referências foram deixadas para trás, a casa, o convívio com os vizinhos, os espaços de fazer e de convivência com seus pares. Bosi afirma que a infância de crianças pobres em centros urbanos, em geral, está relacionada aos espaços próximos de suas casas, de modo que o quintal, a rua, o bairro passam a ser uma extensão da própria casa. Portanto, “destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância de seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas” (BOSI, 1993, p. 452). Esse sentimento de ausência vem acompanhado do estranhamento dessa nova realidade. A mudança, para seu Raimundo, significou um retrocesso. Apesar de ser uma área tida como periférica, na época, o Ilhotas era movimentado, próximo ao Centro e a bairros como Piçarra, tradicionalmente conhecido por suas feiras e intenso comércio. Seu Raimundo teve que se deslocar para um local pouco habitado, sem infraestrutura, distante, diferente do ambiente ao qual estava acostumado.

Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver. Para a criança que ainda não se relacionou com o mundo mais amplo, a mudança pode ter um caráter de ruptura e abandono. Tudo que ele investiu dos primeiros afetos vai ser deixado pra trás, vai ser disperso e dividido (BOSI, 1993, p. 452).

Notamos que a trajetória de vida dos migrantes enfocados neste trabalho é constituída por sonhos e desejos que têm como fundamento a busca por dias melhores. Para tanto, eles percorreram trajetos incertos, marcados por dificuldades, angústias, sensações de medo e de insegurança, por onde tentaram constituir sua morada. Têm uma vida carregada de

sentimentos de perdas e de reconstruções, seja nas relações de trabalho, afetivas, de vizinhança, de convivência entre iguais, ou nas relacionadas aos espaços em que construíram suas vidas e edificaram suas residências, tão frágeis e vulneráveis como suas próprias existências. São relações provisórias, de passagem, seja do campo para as cidades, ou no deslocamento ou remanejamento dentro dos grandes centros urbanos; sempre começando de novo. As marcas dessas vidas imprecisas estão nas lembranças guardadas na memória de nossos entrevistados. Essas marcas são um desafio “à resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo” (BOSI, 1993, p. 452), depois de resignificá-las de acordo com os sentidos do hoje.

## Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História In: *Fontes históricas*. (Org.) PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Orgs.) BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 105-134.
- BACELAR, Olavo Ivanhoé de Brito. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. *Carta CEPRO*. Teresina. V. 6, n. 1, p. 25, jan./jun. 1980.
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: o cotidiano e a história no sertão do Piauí*. Campinas: Unicamp, 1999.
- GUERRA, Yaponira Machado Barbachan. *O espaço dos sem espaço: estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura de Santos, 1991.
- LUCENA, Célia Toledo. Memórias de famílias migrantes: imagens do lugar de origem. *Projeto História*. São Paulo, n. 17, 1998, p. 28-41.

MATOS, Maria de Fátima Aquino. Localização e caracterização da pobreza urbana na Grande Teresina. *Carta CEPRO*. Teresina. V. 16, n. 1, p. 09-30, jan./jun. 1995.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial (1937-1945)*. Recife: UFPE, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993, p. 76-99.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fundação Demócrito Rocha/Multigral, 1993.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX*. Recife: FUNDARTE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 511-619.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1992a.

\_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992b.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Orgs.) BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 129-155.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

## Depoimentos

ABREU, Agenor Vieira de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

ABREU, Maria de Jesus Vieira de. *Depoimento concedido a Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

MORAIS, Maria Creusa Monteiro de. *Depoimento concedido a Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

MUNIZ, Paulino Alves. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

RODRIGUES, Raimundo da Silva. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

SANTOS, Teresa Maria de Jesus. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

SILVA, Durval Venâncio da. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

JOSEFA. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina: 2009.

Recebido em: Setembro / 2009  
Aprovado em: Outubro / 2009